

Esforço concentrado, de hoje a sexta, tem 17 itens na pauta

Waldemir Barreto/Agência Senado



Renan Calheiros (2º à esq.) conversa com senadores em Plenário: calendário definido no início do ano

Regras para compras na internet e para evitar superdívidas, punição por castigo físico em crianças e aumento de jornada de motoristas são os destaques

O calendário especial de votações definido por acordo de líderes partidários em virtude da Copa do Mundo começa a ser colocado em prática hoje, quando o Senado dá início à semana de esforço concentrado em Plenário. Estão previstas na pauta 17 proposições, com destaque para o novo

Código do Consumidor, a Lei da Palmada e mudanças na Lei do Descanso que aumentam a jornada de trabalho de motoristas. Durante a semana, é possível que outras matérias sejam incluídas na pauta. A agenda das comissões permanentes e especiais também está cheia. **2**

Arquivo S: Petrobras gera embate no Senado de 1953

Polarização verificada hoje nos debates sobre a estatal já estava presente na discussão do projeto

que criou a Petrobras, no início dos anos 50. Eram os “entreguistas” contra os “ultranacionalistas”. **7**

Reprodução



Vargas posa com a mão suja de petróleo, na época da criação da Petrobras

Novas regras contra trabalho escravo 8



Mídia Ninja

Manifestante leva planta de *Cannabis sativa* em ato público no Uruguai, país que legalizou o comércio de maconha

Comissão discute uso da maconha

A CDH promove debate interativo sobre a regulamentação do comércio e do uso recreativo, medicinal e industrial da ma-

conha. Relator de sugestão popular sobre o assunto, Cristovam Buarque afirma que o Congresso não pode fugir do tema. **4 e 5**

Congresso promove ações na Semana do Meio Ambiente

Até sexta-feira, servidores e visitantes podem participar de oficinas, exibição de filmes, plantio de mudas e outras atividades de conscientização ecológica. Na

quinta-feira, Dia Mundial do Meio Ambiente, haverá sessão solene. Objetivo é multiplicar ações responsáveis, como as que vêm sendo praticadas pelo Senado. **3**

O viveiro sustentável de mudas do Senado, que usa como adubo mais de 95% do lixo orgânico da Casa, receberá visitas guiadas



Núcleo de Ações Socioambientais

ACONTECEU NO SENADO

Decisões beneficiaram trabalhadores e produtores

Além das votações, também houve debates com especialistas de diversas áreas, como Domenico De Masi. **8**

Na pauta do esforço concentrado, estão novo Código de Defesa do Consumidor, Lei da Palmada e mudança na Lei do Descanso



Intenção dos senadores é agilizar votações antes do início da Copa do Mundo

Plenário terá votações de hoje até sexta-feira

O SENADO REALIZA de hoje a sexta-feira esforço concentrado para agilizar a votação de projetos antes do início da Copa do Mundo. Os destaques devem ser a chamada Lei da Palmada, o projeto que altera a Lei do Descanso dos caminhoneiros e a reforma do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

— Quería só lembrar à Casa que, na forma do calendário de esforço concentrado aprovado há meses, nós vamos ter uma semana toda de sessões deliberativas, a partir de segunda e até sexta — adiantou o presidente do Senado, Renan Calheiros, na semana passada, em Plenário.

Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), votações concentradas são necessárias, pois a Copa do Mundo e as eleições gerais vão desacelerar os trabalhos do Legislativo.

— É importante porque, à medida que vai se aproximando do meio do mês, nós temos convenções partidárias, tem a Copa do Mundo. Votaremos, em sessão deliberativa de segunda a sexta, todas as matérias que já estão prontas ou que têm urgência — explicou.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) acha que a aprovação de propostas com benefícios para várias categorias e segmentos da sociedade, como já ocorreu

na última semana, deve-se à proximidade das eleições.

— Semana de esforço concentrado foi essa [a que passou]. Votamos inúmeras matérias. Aliás, a generosidade deste ano eleitoral está explícita nas votações de algumas medidas provisórias com penduricalhos sem fim. A impressão que se tem hoje é que os cofres da República estão abarrotados e que é possível aprovar pacotes de bondade todas as semanas — provocou.

Entre outras matérias, os senadores aprovaram a PEC do Trabalho Escravo, ampliação do Garantia-Safra, reajustes salariais para o Executivo, facilitação do pagamento de dívidas de assentados, a PEC dos Agentes de Trânsito, adicional de periculosidade para motoboys, parcelamento de tributos para faculdades, crédito para a indústria, a PEC das Defensorias Públicas, obrigatoriedade do teste da linguinha, prorrogação do Refis da Crise e a isenção de tributos a importadores de álcool.

Confira no quadro abaixo o plano de votações desta semana. Parte dos projetos listados depende de acordo de líderes para votação. Além disso, há a possibilidade de outras propostas serem incluídas no decorrer da semana.

Os 17 projetos do esforço concentrado

- SEGUNDA**
 - PLC 62/2009 — **Complementar:** benefício a adotante de órfão recém-nascido
 - PLS 281/2012: Regras para comércio eletrônico no Código de Consumidor
 - PLS 283/2012: Regras para evitar superendividamento no CDC
 - PDS 787/2009: Dupla tarifação de energia em imóveis com produção rural
- TERÇA**
 - PLC 41/2014: Aumenta jornada dos motoristas profissionais na Lei do Descanso
 - PEC 35/2011: Acelera tramitação de tratados, atos e acordos internacionais
 - PEC 15/2011: PEC dos Recursos, que garante prisão de condenado que recorrer
 - PEC 32/2010: Estende ao TST tratamento dado pela Constituição ao STJ
- QUARTA**
 - PLC 58/2014: Conhecido como Lei da Palmada, pune castigo físico em crianças
 - PLS 229/2009: Lei de Responsabilidade Orçamentária
 - PLC 6/2014: Cria gratificações por acúmulo de função a juizes e procuradores
 - PLS 150/2013: Período de defeso será contado para aposentadoria de pescador
- QUINTA**
 - SCD 264/1999: Regulamenta reconhecimento de pós-graduação a distância
 - SCD 185/2008: Torna obrigatório o ensino de arte na educação básica
 - PLS 559/2013: Elimina carta-convite e tomada de preços em licitações
- SEXTA**
 - PLC 136/2011: Doação de área entre universidades em Mato Grosso do Sul
 - PLC 78/2013: Cria 17 cargos no TRT da 16ª Região, no Maranhão

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Homenagem a economistas

11h Sessão especial para comemorar o centenário de nascimento dos economistas Ignácio Rangel e Rômulo Almeida. Ambos promoveram uma análise teórica e prática das potencialidades de cada região do país para criar um plano de desenvolvimento regional. Às 14h, sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

MEIO AMBIENTE Lixo eletrônico

9h Cerimônia de abertura da Semana do Meio Ambiente no Senado, quando acontecerá a apresentação da campanha de conscientização para a correta destinação do lixo eletrônico. Até 30 de junho, o Senado Verde realizará campanha para orientar servidores e visitantes sobre a necessidade de destinação correta do lixo eletrônico.

CDH Regularização da maconha

9h A regularização da maconha é tema de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em debate, a regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO 4G

9h As comissões temáticas do Conselho de Comunicação Social se reúnem para tratar de vários assuntos, entre eles, fomento à produção audiovisual e diploma para jornalistas. Às 14h, o conselho debate banda larga de última geração. Também deverá ser deliberada a data de audiência pública sobre a flexibilização do programa *A Voz do Brasil*.

POLÍCIA LEGISLATIVA Formação

10h Solenidade do curso de formação dos policiais legislativos federais, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

CPMI DA PETROBRAS Programação

17h Apresentação do plano de trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras.

TERÇA

CMA Informações a consumidor

8h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto que obriga as instituições financeiras a prestar, sempre que solicitadas pelos clientes, informações detalhadas sobre contratos de crédito.

PROCESSO CIVIL Alterações no código

9h Instalação da comissão temporária sobre alterações no Código de Processo Civil. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicados o relator-geral e os relatores parciais.

CCT Rastreamento de material nuclear

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática examina projeto que torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos.

CDH/CAE Pessoas com deficiência

9h Lançamento de material produzido pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Movimento Down que disponibiliza legislações de interesse das pessoas com deficiência.

CCJ Advocacia pública

9h Advocacia pública como instrumento de segurança jurídica é tema de debate. Também será examinada a recondução de Emmanoel Campelo de Souza Pereira e a indicação de Nancy Andrighi para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

CAE Planos de saúde

10h A comissão analisa projeto que fixa critérios para a edição do rol de procedimentos e serviços médicos. Examina também operações de crédito aos Projetos Dom Hélder Câmara e de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e Ensino Fundamental em Florianópolis.

CPI DA PETROBRAS Dois depoimentos

10h15 A Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras ouve o ex-gerente-executivo Internacional da Petrobras Luis Carlos Moreira da Silva e o gerente de Segurança Empresarial, Pedro Aramis Arruda.

CE Benefício a bolsistas no exterior

11h Na pauta, projeto que isenta de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior. Antes, serão analisadas propostas que instituem o Dia Nacional da Capoeira e o Dia Nacional da Amazônia Azul, entre outros.

CONGRESSO Agricultura familiar

12h Sessão solene do Congresso, no Plenário do Senado, para comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela Organização das Nações Unidas.

CONSTITUIÇÃO Trabalho escravo

14h Reunião da Comissão de Consolidação de Leis e Dispositivos Constitucionais para analisar os pareceres sobre as emendas apresentadas em Plenário ao projeto que regulamenta o trabalho doméstico e trabalho escravo.

CDH Jovens indígenas

14h Situação de adolescentes e jovens indígenas da Amazônia Legal Brasileira é tema de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Também haverá apresentação da exposição de fotos do Projeto Jovens Comunicadores Indígenas.

CMMC Geração de energia

14h30 A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas debate emissões por geração de energia, incluindo o setor de transporte. Está convidada a coordenadora da Campanha de Clima e Energia do Greenpeace Brasil, Barbara Rubim.

CAE Política tributária I

14h30 Cláudio Santos (Ipea) e Ailton Santos (Dieese), entre outros, debatem política tributária e sustentabilidade.

CI Reforma urbana

14h30 A Subcomissão de Desenvolvimento Urbano da Comissão de Serviços de Infraestrutura promove o debate "Desafios da reforma urbana". Participam parlamentares, gestores públicos do Distrito Federal e representantes de entidades da sociedade civil, entre outros.

LIVRO Golpe militar de 1964

18h Almino Affonso lança o livro *1964 na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart*, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

QUARTA

CI/CMA Escassez de água

7h30 Escassez de água e seus reflexos no abastecimento dos centros urbanos serão debatidos em audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Logo após a reunião conjunta, a CI analisa projeto que isenta do Imposto de Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.

RESÍDUOS SÓLIDOS Reciclagem

9h Soluções e tecnologias voltadas à reciclagem de resíduos sólidos serão tema de debate na Comissão de Resíduos Sólidos, no âmbito da CMA.

CAS Indicação para ANS

9h A CAS analisa a indicação de Martha Regina de Oliveira para o cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Logo após, vota projeto que obriga o SUS a fornecer protetor solar para pessoas portadoras de albinismo. Às 14h, debate as condições de assistência dos hospitais federais no país.

CONGRESSO Dia do Meio Ambiente

10h Sessão solene do Congresso em homenagem ao Dia Nacional do Meio Ambiente, no Plenário da Câmara. Às 12h, promulgação da emenda constitucional decorrente da Proposta de Emenda Constitucional das Defensorias, no Plenário do Senado.

CCJ Fundo dos municípios

10h Em análise, proposta que aumenta em dois pontos percentuais o repasse do IR e do IPI para o FPM e projeto que institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

CAE Política tributária II

14h30 Bastiaan Reydon (Unicamp) e Caio Magri (Ethos), entre outros, debatem política tributária e sustentabilidade.

QUINTA

CAS Instrutor de trânsito

10h Audiência pública para instruir projeto que modifica a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito.

MEIO AMBIENTE Mulher

10h Sessão solene sobre "Mulher e o meio ambiente", em comemoração à Semana do Meio Ambiente, na Câmara. A sessão é em conjunto com o Senado.

CONGRESSO Trabalho escravo

12h Promulgação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do trabalho escravo, no Plenário do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Oficinas, exibição de filmes, plantio de mudas, mesa-redonda e curso de legislação ambiental estão entre as atividades da Semana Nacional do Meio Ambiente, que começa hoje

Congresso estimula a consciência ecológica

Marcio Maturana

COMEÇA HOJE A Semana Nacional do Meio Ambiente, e o Congresso preparou 27 atividades, até sexta-feira (veja a programação completa ao lado). Haverá oficinas, exibição de filmes, plantio de mudas, mesa-redonda, seminários, curso de legislação ambiental, coleta seletiva de lixo, artesanato com caixas longa vida e outras ações. Na quinta-feira, Dia Mundial do Meio Ambiente, haverá sessão solene com pronunciamento de Cícero Lucena (PSDB-PB).

— A expectativa é que as atividades sejam um despertar de consciência, que prossigam no dia a dia das pessoas — disse Andréa Bakaj, coordenadora do Núcleo de Ações Socioambientais do Senado.

O núcleo coordena as atividades com a Câmara dos Deputados. Diversas ações serão promovidas pelo Programa Senado Verde em parceria com o EcoCâmara (Comitê de Gestão Socioambiental).

Rodrigo Rollemberg (PSB-

DF), senador da Comissão de Meio Ambiente (CMA), diz que é muito importante levantar a questão do meio ambiente no momento atual, em que, segundo ele, não há o que comemorar.

— Nas últimas semanas constatamos um aumento expressivo do desmatamento na Mata Atlântica e na Amazônia. Ao invés de avançar, estamos regredindo. A Semana do Meio Ambiente, então, torna-se mais importante para alertar e para cobrar medidas que revertam essa situação.

Filmes

No auditório do Interlegis, haverá exibição de 39 filmes com temática ambiental no Circuito Tela Verde (*baixe arquivo com sinopses e tempos de duração em <http://bit.ly/programacaoSNMA>*). As sessões acontecerão diariamente em dois horários: hoje, amanhã e sexta-feira, das 12h às 14h; quarta e quinta-feira, das 18h às 19h. São curtas-metragens, vinhetas e animações selecionados pelo Ministério

do Meio Ambiente para a 5ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente. Participaram escolas, comunidades e organizações.

Algumas ações foram antecipadas pelo Senado Verde. Desde a semana passada, em vários pontos do Senado há recipientes para coleta específica de lixo eletrônico (baterias, pilhas, celulares, computadores e outros aparelhos). O objetivo é alertar para a necessidade de destinação correta desse tipo de lixo, cada vez mais comum.

Além disso, será retomada a campanha de redução do uso de copos descartáveis e intensificada a coleta seletiva de lixo, pois ainda se verifica uma mistura de descarte nas diferentes lixeiras.

— Pôr em prática a consciência ambiental é dever de todos nós. Muita gente acha que tudo isso é uma bobagem, que existem outras coisas com o que se ocupar. Mas se todos pensarem dessa forma, o mundo acaba. Cada gesto é importante — afirmou Andréa.

Agenda

Até 30/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: descarte de lixo eletrônico • TEMA: sustentabilidade • OBJETIVO: orientar e informar sobre a necessidade de destinação correta do lixo eletrônico
30/5 a 6/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: retomar a campanha de redução do uso de copos descartáveis • TEMA: ecologia e sustentabilidade • OBJETIVO: reduzir o uso de copos descartáveis
30/5 a 6/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: retomar ações de coleta seletiva no Senado • TEMA: mobilizar para a correta separação dos resíduos • OBJETIVO: sensibilizar
30/5 a 17/6 10º andar do Anexo 4 da Câmara	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: exposição fotográfica coletiva • TEMA: roteiro poético do imaginário das bacias fluviais brasileiras • OBJETIVO: mostrar a natureza
2 a 6/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: criar em ambientes do Senado as “estantes do desapego” • TEMA: reuso de livros, materiais de escritório e objetos diversos • OBJETIVO: praticar o primeiro “R” dos cinco “Rs” — desenvolvendo a cultura do reuso
2 a 13/6 Espaço Mário Covas da Câmara	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: Projeto Pegue Seu Livro • TEMA: nova estante para doação de livros • OBJETIVO: doação de livros
2/6 a 30/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: visita institucional • TEMA: ações sustentáveis realizadas na Câmara • OBJETIVO: informar visitantes sobre as medidas de sustentabilidade adotadas na Casa
2, 3 e 6/6, 12h às 14h 4 e 5/6, 18h às 20h Auditório do Interlegis	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: Circuito Tela Verde • TEMA: exibição de filmes com a temática de meio ambiente • OBJETIVO: divulgar e estimular atividades de educação ambiental, participação e mobilização social por meio da produção independente audiovisual, no contexto da educação
3/6 a 30/6 Escritório Verde	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: distribuição de mudas no EcoCâmara • TEMA: ecologia e sustentabilidade • OBJETIVO: conscientizar para preservação da natureza
3/6, 15h Hall da Taquigrafia da Câmara	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: cerimônia de abertura • TEMA: apresentar ao público a importância da data e as ações realizadas na Câmara • OBJETIVO: abrir oficialmente as atividades da Semana do Meio Ambiente
3/6, 15h Hall da Taquigrafia da Câmara	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: lançamento da revitalização da coleta seletiva na Câmara • TEMA: mobilizar para a correta separação dos resíduos • OBJETIVO: sensibilizar
3/6, 16h Hall da Taquigrafia da Câmara	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: distribuição de mudas • TEMA: ecologia e sustentabilidade • OBJETIVO: conscientizar para preservação da natureza
4/6, 9h30 às 18h Plenário 2	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: seminário • TEMA: mudanças climáticas e os impactos nas cidades • OBJETIVO: discussão dos impactos das mudanças climáticas
5 a 6/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: visita ao viveiro do Senado • TEMA: ecologia e sustentabilidade • OBJETIVO: conscientizar para preservação da natureza
5/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: oficina de artesanato • TEMA: reutilização de caixas tetra pak • OBJETIVO: sensibilizar para o consumo sustentável
5/6, 10h Plenário da Câmara	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: sessão solene ou comissão geral • TEMA: mulher e meio ambiente
5/6, 10h Jardim do Anexo 4 da Câmara	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: plantio de mudas de ipê no jardim do Anexo 4 por servidores aposentados • TEMA: encerramento de oficina
5/6, 15h	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: oficina de confecção de brinquedos • TEMA: artesanato com reuso de garrafas PET e outros materiais • OBJETIVO: sensibilizar para o consumo sustentável
6/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: oficina de cosméticos fitoterápicos (plantas medicinais) • TEMA: produção de cremes e géis de beleza à base de produtos e ervas naturais. • OBJETIVO: estimular uso plantas naturais, criação de xampus, cremes, sabonetes, chás e loções com fórmulas simples e caseiras livres de lauril, sulfatos e produtos derivados do petróleo. Conscientizar, preservar, promover a saúde e a qualidade de vida.
6/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: oficina de caixas organizadoras • TEMA: artesanato com reuso de materiais e forração em tecido • OBJETIVO: sensibilizar para o consumo sustentável
6/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: sensibilização da equipe do restaurante • TEMA: resíduos, água e energia • OBJETIVO: sensibilizar
9/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: curso de Legislação Ambiental 2014 • TEMA: atualização em Legislação Ambiental Brasileira • OBJETIVO: atualização em legislação ambiental
10/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: mesa-redonda • TEMA: coleta seletiva solidária • OBJETIVO: discutir a nova situação dos órgãos públicos e dos catadores quanto aos resíduos da Esplanada e a atuação do SLU
10/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: audiência pública • TEMA: unidades de conservação ambiental no Brasil • OBJETIVO: regularização e compensação ambiental
13/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: viveiro aberto • TEMA: ecologia e sustentabilidade • OBJETIVO: mostrar ações do viveiro, compostagem, oficinas
16/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: oficina de confecção de caixas de papel • TEMA: artesanato com reaproveitamento de papel • OBJETIVO: sensibilizar para o consumo sustentável
23/6	<ul style="list-style-type: none"> • AÇÃO: oficina de mosaico • TEMA: artesanato com picote de papel • OBJETIVO: sensibilizar para o consumo sustentável



Atividades de conscientização na Semana do Meio Ambiente foram feitas pelo Congresso em outros anos, como em 2010

ONU escolheu ilhas-países como tema para este ano

O Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, foi instituído pela ONU em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada naquele ano na Suécia. Cada edição tem um tema diferente estabelecido pela ONU. Neste ano, o foco principal são discussões relacionadas à 3ª Conferência Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, que será realizada em setembro em Samoa, na Polinésia.

No Brasil, em 1981 o governo baixou decreto (Decreto 86.028, de 27 de maio) determinando que neste período se promova a Semana Nacional do Meio Ambiente em todo o território nacional. A finalidade é apoiar a participação na preservação do patrimônio natural do país.

No ano passado, o Dia Mundial do Meio Ambiente gerou 200 mil postagens em blogs e 26 mil artigos publicados entre 1º e 10 de junho, segundo a ONU. Vídeos de conscientização foram assistidos por 120 milhões de pessoas em telas digitais instaladas em Nova York, Londres, Milão, Munique, Barcelona e Almaty (no Cazaquistão). No Twitter, esteve entre os *trending topics* do dia em pelo menos 15 países.

Responsabilidade ambiental faz parte da rotina do Senado

Entre as atividades da semana, estão previstas visitas guiadas ao viveiro sustentável de mudas do Senado. Iniciado em fevereiro de 2012, o viveiro é uma das práticas ambientais da Casa e durante todo o ano recebe estudantes e servidores para inspirar comportamentos. Mais de 95% do lixo orgânico gerado pelo Senado é convertido em adubo orgânico para o viveiro, e a produção é utilizada nas jardinagens do Congresso. Em março, o excedente (cerca de mil mudas nativas do Cerrado) foi doado ao Jardim Botânico de Brasília.

Ações de responsabilidade ambiental são rotina durante todo o ano. Além das atividades do Senado Verde, que orienta as equipes de limpeza sobre separação do lixo e uso de recursos como água e energia, há diversos postos de coleta de lixo eletrônico, os “papa-pilhas”. Em abril, a Diretoria-Geral do Senado recebeu servidores que reivindicam a construção de um bicicletário na Casa e confirmou interesse em atender a demanda. Na quarta-feira, o programa *EcoSenado*, da TV Senado, recebeu o Prêmio Sebrae de Jornalismo, etapa distrital, com uma reportagem sobre produção de adubo orgânico.

Sugestão feita pelo e-Cidadania está sendo avaliada por Cristovam Buarque e pode se tornar projeto de lei. Audiência interativa sobre o tema na CDH acontece hoje

Senado debate regulamentação da maconha

A REGULAMENTAÇÃO DO cultivo, do comércio e do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha será tema de debate hoje na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A audiência pública interativa tem o objetivo de instruir a Sugestão 8/2014, que trata do assunto, e avaliar as experiências internacionais com a regulamentação da droga, em especial a do Uruguai.

A audiência contará com a participação do responsável direto pela política de drogas do Uruguai, Julio Calzada; do representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no Brasil, Rafael Franzini-Battle; do secretário nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Luiz Guilherme de Paiva; e da coordenadora de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores, Márcia Loureiro.

O público pode participar

do debate por meio do Portal e-Cidadania, pelas redes sociais e por telefone (*veja quadro*). As informações sobre a audiência estão publicadas no site www.cristovam.org.br/debatemaconha, criado por Cristovam Buarque (PDT-DF), que é relator da sugestão.

Proposta popular

A Sugestão 8/2014 foi apresentada pelo cidadão André de Oliveira Kiepper por meio do Portal e-Cidadania. Kiepper conseguiu o apoio de 20 mil pessoas à ideia dele de uma lei que permita o cultivo caseiro, o registro de clubes de autocultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de *cannabis* no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal. Ao atingir esse patamar, a sugestão foi enviada à CDH, que escolheu Cristovam para avaliar se ela deve ser transformada em projeto de lei.

Na justificativa da proposta,



Montevideo: o Uruguai se tornou, no final do ano passado, o primeiro país do mundo a legalizar a venda de maconha

há o argumento de que o mercado da maconha precisa de regulamentação, como já ocorre com as bebidas alcoólicas e os cigarros, pois, do contrário, como está hoje, “gera violência, crimes e corrupção. O usuário é penalizado e milhares de jovens estão presos por tráfico”.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/ECmaconhaCDH>
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/ASmaconhaCDH>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Facebook:** alosenado
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania
- ▶ **Twitter:** @AloSenado
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/ComissaoDireitosHumanos>

Consultores avaliam possibilidade de legalização controlada

A pedido de Cristovam, os consultores do Senado Denis Murahovschi e Sebastião Moreira Junior apresentaram um estudo detalhado sobre a situação legal da maconha.

A conclusão do estudo é que o futuro da droga deve ser a legalização controlada, com a regulação de todo o processo — da produção e do comércio à posse e ao consumo de drogas —, que ficaria sujeito a controle e fiscalização pelo Estado. Eles advertem, porém, que é contraditório descrimi-

nalizar as drogas sem haver mecanismo legal que permita o consumo, o que acabaria com o mercado ilícito.

O estudo completo está disponibilizado no site: <http://bit.ly/estudoMaconha>.

Se transformada em projeto na CDH, a proposta deverá passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, possivelmente, pela de Assuntos Sociais (CAS). Depois, se for aprovada em Plenário, segue para a análise da Câmara dos Deputados.

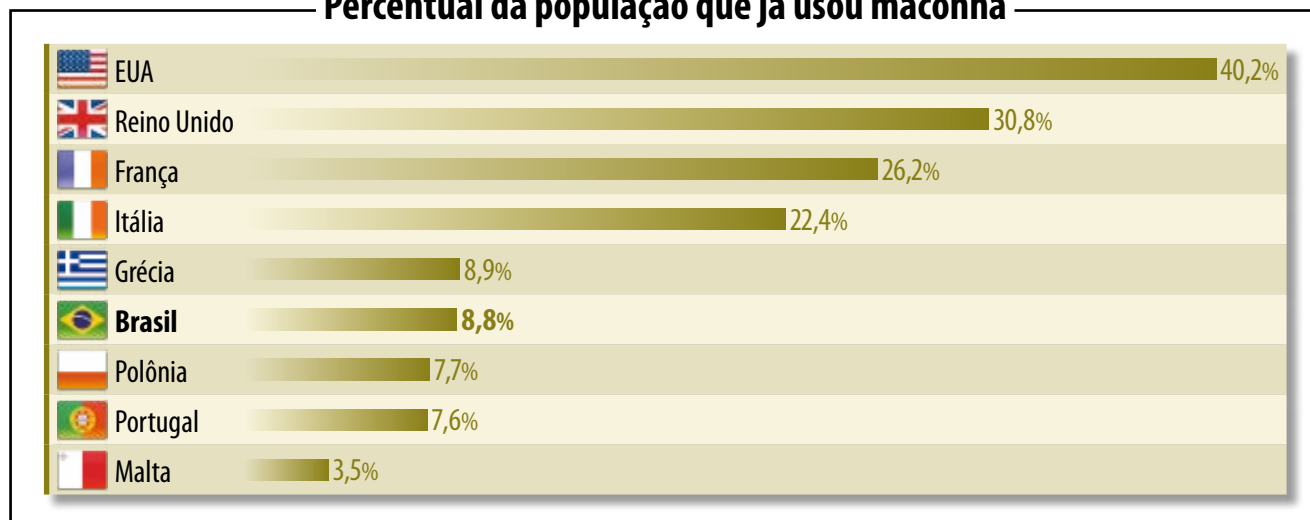
Experiências de regulação da maconha

	COLORADO	EUA	WASHINGTON	URUGUAI
Idade mínima	21 anos	21 anos	21 anos	18 anos
Limite para compra	28,5 g por transação	28,5 g por transação	28,5 g por transação	40 g por mês
Uso medicinal	Sim	Sim	Sim	Sim
Cultivo para uso pessoal	Até seis plantas, três em floração	Proibido	Proibido	Até seis plantas, três em floração
Comércio para turistas	Autorizado até 7 g por transação	Autorizado até 7 g por transação	Autorizado até 7 g por transação	Proibido
Preço	Livre, definido pelo mercado	Livre, definido pelo mercado	Livre, definido pelo mercado	Tabelado pelo governo
Consumo	Proibido em locais públicos ou livres de fumo. Multa de US\$ 100	Proibido em locais públicos. Multa de US\$ 500	Proibido em locais públicos. Multa de US\$ 500	Proibido em locais públicos. Penas não definidas
Publicidade	Permitida com restrições, para evitar exposição a menores	Restrita ao letreiro da loja	Restrita ao letreiro da loja	Proibida
Formato dos negócios	Dividido entre produtores e varejistas. Uma mesma empresa pode ser os dois se tiver as duas licenças	Dividido entre produtores, processadores e varejistas. Empresas só podem atuar em uma atividade	Dividido entre produtores, processadores e varejistas. Empresas só podem atuar em uma atividade	Cada empresa só pode ter licença para operar em uma das etapas de produção
Clubes de cultivo	—	—	—	Permitidos, com 15 a 45 sócios
Impostos	Total de 25%. Municípios podem cobrar taxas adicionais	Total de 75% (25% em cada etapa). Municípios podem cobrar taxas adicionais	Total de 75% (25% em cada etapa). Municípios podem cobrar taxas adicionais	Sem cobrança: lucro do comércio é dividido entre Estado e empresas da cadeia produtiva
Destino dos impostos	Primeiros US\$ 40 milhões irão para fundo de construção de escolas	Distribuído entre pesquisas científicas e programas de saúde, educação, prevenção e tratamento de dependentes	Distribuído entre pesquisas científicas e programas de saúde, educação, prevenção e tratamento de dependentes	Lucro da venda revertido para campanhas de prevenção e educação sobre drogas



No Colorado (EUA), lei diz que preço deve ser definido pela livre concorrência

Percentual da população que já usou maconha



Uso de drogas no Brasil



Fonte: Consultoria Legislativa do Senado

Cristovam: Legislativo não pode fugir do tema

Relator de sugestão popular pela regulamentação da droga, ele diz, em entrevista, ainda não ter posição, explica o que quer avaliar e teme ficar como "o senador que liberou a maconha"

Milena Galdino

PAÍSES OU ESTADOS já legalizaram a produção, a comercialização e o uso da maconha e confiam em benefícios como a redução da criminalidade e o aumento da arrecadação. As marchas pela descriminalização da droga atraem milhares nas capitais brasileiras. Agora, chegou a hora de o Congresso avaliar mudanças na legislação.

No Senado, a resposta inicial está nas mãos de Cristovam Buarque (PDT-DF), relator da Sugestão 8/2014, apresentada por um cidadão pelo Portal e-Cidadania. Como atingiu 20 mil apoios, foi enviada à CDH e Cristovam dará o parecer sobre se a sugestão tramitará como projeto de lei. A proposta pede a regulação da maconha para usos medicinal, recreativo e industrial, com tratamento como o garantido ao álcool e ao cigarro.

Cristovam garante ainda não ter posição sobre o tema. Por isso, pediu a elaboração de um estudo à Consultoria do Senado. Quer ouvir também especialistas, usuários e entidades contrárias à liberação.

Veja trechos da entrevista de Cristovam à Agência Senado:

Após avaliar o relatório, o senhor já tem opinião formada?

O estudo é um dos mais benéficos que já recebi da Consultoria. Mas prefiro não considerar isso suficiente para decidir. Vou tomar muito cuidado e não vou me deixar levar por um sentimento pessoal que tenho. Ou, na verdade, que não tenho, porque tenho ambiguidade em relação ao tema. Tenho que ouvir muitas outras vozes. Vozes críticas, por exemplo. Há pessoas que defendem o uso de remédios originados da maconha, mas são contra a regulação do consumo para divertimento.

Quais são essas vozes?

Cientistas, gente da área de saúde, usuários e pessoas que representam o sentimento moral da sociedade, porque isso

também quero levar em conta.

Igrejas?

Sim, embora não seja isso que vá decidir. Se fosse por aí, não haveria divórcio no Brasil até hoje, porque a Igreja era radicalmente contra.

A liberação da maconha seria uma evolução?

Não vamos chamar de evolução. Os jovens estão prontos para a regulamentação do uso da maconha. A sociedade inteira, eu já não sei. Acredito que, quando o assunto for realmente colocado em pauta, as igrejas vão se manifestar. Quando o aspecto moral pesar, acho que a pressão contra vai ser grande.

É o caso de um plebiscito?

Sim. O Brasil faz pouquíssimos plebiscitos. Sou favorável a plebiscitos até naquilo em que me horroriza o risco do resultado. Por exemplo, sou favorável a um plebiscito sobre pena de morte. Vou fazer campanha contra, mas quero ouvir o povo. Quero ouvir o povo sobre a redução da maioria penal, embora eu vá morrer defendendo a idade penal como está. Da mesma forma, a obrigatoriedade do voto. Sou contra o voto facultativo, mas cabe a mim tentar convencer as pessoas de que a eleição é um processo pedagógico do qual elas são obrigadas a participar.

O que pesa mais na sua consciência de legislador? Questões objetivas, como saúde pública, ou de ética?

Algumas perguntas têm respostas objetivas: a regulamentação aumenta o consumo? Diminui a violência? É bom para a medicina? Resolvidas essas três perguntas científicas ou racionais, sobra uma, a da moral. A sociedade está preparada? É uma decisão que leva em conta valores, e não só dos legisladores, mas do povo.

Então, pode acabar sendo uma questão de moral?

Não sei. Não vou me antecipar.



Ativistas fazem manifestação em frente ao Congresso, em maio, em defesa da regulamentação da maconha no Brasil

O que seu eleitor espera?

Não tenho ideia. Tenho muitos votos na juventude e imagino que eles sejam favoráveis à liberação. Quando ando pela UnB [ele é professor da Universidade de Brasília], vez ou outra ouço: "Libera, Cristovam". Mas meu eleitor não é só esse jovem de cabeça aberta. Tenho muitos eleitores evangélicos, católicos. E, embora me ache avançado de ideias, sou muito quadrado na minha vida pessoal.

Entre regulamentação para alguns usos, descriminalização regulamentada e liberação total, onde o senhor mais enquadraria seu voto?

Não sei ainda. Mas acho que a liberação total da maconha seria um risco muito grande, não só em relação à própria maconha, mas em relação a todas as drogas. Até o cigarro e o álcool têm regulamentação. Por exemplo, a proibição de publicidade de cigarro, a advertência sobre o consumo de cerveja, a Lei Seca nas eleições.

O estudo enumera 12 pontos positivos na liberação da maconha, como aumento de receita tributária. Também há argumentos negativos, como a sobrecarga da Previdência Social. O que mais importa?

Não há resposta fechada. Até a sobrecarga da Previdência seria relativa. Tem gente que acredita que a descriminalização regulamentada da maconha baixaria o preço do produto e, assim, os usuários do crack, que vêm pesando a Seguridade Social, migrariam para a maconha. Mas resta saber se a maconha vai barrar a ida ao crack ou, pelo contrário, será uma porta para o consumo de drogas mais pesadas.

E o que fazer diante desse tipo de dúvida?

Talvez, correr riscos e ver o que vai acontecer.

Segundo o estudo, 26% dos universitários afirmam usar

maconha e 8% podem ficar dependentes. Como professor, acha que o livre acesso à maconha pode alterar a proporção?

Não é bom ter nenhum dependente. Mas quantos são dependentes de álcool, de cigarro? A pergunta é: em que a maconha é pior que o álcool e o cigarro? A maconha leva ao uso de drogas mais pesadas do que o álcool e o cigarro levam?

O que causa mais inquietação na análise desse tema?

Tenho quatro perguntas que precisam ser bem resolvidas. A regulamentação aumenta o consumo e, portanto, a dependência em parte dos usuários? Segunda: a maconha é uma porta de entrada para outras drogas? Escuto opiniões muito conflitantes sobre isso. Terceiro: o uso realmente tem impacto positivo ou negativo na saúde? Ela provoca lesões ao cérebro? Em maior ou menor proporção que o álcool? E quarto: a maconha diminui a violência porque acaba com o tráfico?

Uma possibilidade é fazer uma liberação parcial?

Pode existir a separação de usos, porque uma coisa é liberar o uso medicinal e as pesquisas de laboratórios, ainda que continue proibido o uso recreativo. Mas aí é preciso ver os argumentos para a proibição do uso recreativo. Tem gente que fica bem porque toma Valium. Tem gente que fica bem porque fuma maconha. A pessoa tem direito de querer ficar bem. Mas o que temos de ver: quem fuma maconha fica tranquilo? Ou fica violento? Porque, se gerar violência, a sociedade tem o direito de se defender e não liberar. Mas, aparentemente, a violência gerada pela maconha está mais no tráfico. Então o automóvel [dirigido por um bêbado] pode ser muito mais perigoso que a maconha.

E a saúde pública?

Sim, a sociedade tem de zelar pela saúde das pessoas inclusive proibindo substâncias danosas ou onerosas ao Estado.

Isso passa pela moral?

Sim. O Brasil passa por quatro grandes temas morais que precisamos discutir. São eles: drogas, aborto, eutanásia e doação automática de órgãos, mesmo que sem o consentimento da pessoa morta ou da família. São assuntos muito polêmicos, dos quais os legisladores geralmente fogem por serem desastrosos eleitoralmente. Mas tem hora em que é preciso pensar na história, e não na próxima eleição.

O senhor tem dito que não se candidatará mais. Isso dá mais liberdade decidir?

Muito mais. Estou muito mais livre. A pessoa chega a uma idade em que não precisa continuar na vida política, ela tem o direito de se aposentar. Não vejo obrigação de sair do Senado carregado num caixão.

O senhor tem duas filhas. O que elas pensam sobre isso?

Que eu saiba nunca experimentaram drogas. Talvez elas sejam tão caretas quanto eu.

O senhor tem medo de ficar conhecido como "o senador que liberou a maconha"?

Tenho (pausa). Gastei muitos anos de vida para ser o senador da educação. Não quero o carimbo de "senador que liberou a maconha". Se tiver de colaborar para isso, é por uma obrigação histórica da qual não posso correr. Eu, sinceramente, não gostaria de ter assumido o relatório. Para mim, ele é um "abacaxi" muito grande. Não pedi, não queria, pensei em recusar. Quer uma das razões por que não recusei? Conte para a Gladys [esposa dele] e ela disse que eu não tinha direito de ficar na história como quem fugiu de um tema que a juventude precisava que fosse discutido.



Senador pediu um estudo à Consultoria para ajudar na elaboração do relatório

Leia reportagem especial sobre o tema: <http://bit.ly/Cidadania473>

Veja o site do senador sobre o debate: <http://bit.ly/debateMaconha>

Brasília terá visita institucional integrada

Apresentado na semana passada, o grupo Viibra reúne órgãos públicos federais e distritais com a missão de qualificar pessoal para acompanhar turistas em visita aos monumentos da capital federal

COM A APROXIMAÇÃO da Copa do Mundo e de outros grandes eventos na capital federal, foi realizada na quinta-feira a apresentação oficial do Grupo de Visita Institucional Integrada de Brasília (Viibra). Criado informalmente há três anos e formalizado em 2013, o grupo reúne 15 órgãos públicos federais e distritais em um acordo de cooperação técnica e cultural e de intercâmbio de conhecimentos relacionados ao turismo cívico e institucional. Entre os objetivos, estão a formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de pessoas envolvidas com esse trabalho e o desenvolvimento institucional. Entre as instituições signatárias, estão o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, a Câmara Legislativa e os Correios.

Na solenidade, três órgãos

receberam oficialmente o termo de adesão ao Viibra: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Secretaria de Cultura do Distrito Federal e o Supremo Tribunal Federal. Também foi lançado o site www.viibra.gov.br. A página reúne informações em português, inglês e espanhol sobre os programas de visita, fotos e dicas sobre a capital.

O secretário-executivo do Viibra e assessor da Coordenação de Relações Públicas do Senado, Aguirre Estorilio, disse que a missão do grupo é integrar ações para melhor atender visitantes nacionais e estrangeiros, buscando a excelência dos serviços.

— É por entender que as instituições públicas são patrimônio de todos os brasileiros, e que esse patrimônio deve ser valorizado, mostrado, preservado, no melhor padrão

de atendimento ao público possível, que surgiu o Grupo de Visita Institucional Integrada — explicou.

De acordo com a diretora-geral-adjunta do Senado, Ilana Trombka, todo o trabalho começou há aproximadamente 17 anos, quando o Senado realizou um concurso público para Relações Públicas, que também foi aproveitado pela Câmara. Ilana elogiou o empenho das gerações que vieram depois e agradeceu pela participação dos órgãos parceiros.

Também participaram o secretário de Turismo do DF, Luis Otávio Neves; a diretora-geral-adjunta da Câmara, Cássia Botelho; o secretário-geral-adjunto do Ministério Público da União, Danilo Dias; e a coordenadora-geral de Relações Públicas da Presidência da República, Antonieta Silva.

Paim pede aprovação de propostas em favor de aposentados

Paulo Paim (PT-RS) defendeu em discurso a aprovação de uma série de matérias que dizem respeito ao trabalhador e que, segundo ele, estão paradas na Câmara, em sua maioria, e também nas comissões do Senado. Segundo Paim, é essencial que o Congresso Nacional analise a proposta que recompõe os ganhos dos aposentados e pensionistas que recebem mais de um salário mínimo e têm os vencimentos “achatados ano após ano”.

— É fundamental a implantação de uma política de valorização de benefícios dos aposentados e pensionistas, já que nos últimos anos apenas os equivalentes ao mínimo tiveram correção real — declarou.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Mozarildo lamenta situação da educação em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou, na sexta-feira, o ex-governador de Roraima José de Anchieta Júnior, que renunciou para se candidatar nas eleições de outubro, pela situação caótica da educação no estado. Segundo o senador, a situação das escolas e do transporte escolar e as condições de trabalho dos professores e funcionários estão precárias.

— É triste ver, como tenho acompanhado nos jornais de Roraima, a situação das escolas, dos prédios, do transporte escolar e a precária condição em que trabalham os professores — lamentou.

Para ele, a saúde e a educação são responsáveis por elevar o status da população. Ele culpa o governador pelo “caos” na educação do estado.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Gurgacz quer novas regras para o cooperativismo

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu a aprovação rápida da proposta de uma nova lei geral do cooperativismo prevista no PLS 3/2007, do ex-senador Osmar Dias. Ele lembrou que o projeto passou na última semana pela Comissão de Agricultura (CRA) e seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— A dificuldade de consenso é o motivo pelo qual esta matéria está tramitando há tanto tempo no Congresso. Outras sugestões foram incorporadas e essa proposta é a que mais se aproxima do consenso — afirmou em discurso no Plenário.

Na opinião do parlamentar, a economia brasileira precisa do cooperativismo e a nova lei deve dar mais confiança ao mercado.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Cristovam defende modificações no Bolsa Família

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu as alterações no Programa Bolsa Família aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto (PLS 458/2013), de Aécio Neves (PSDB-MG), foi criticado por membros do governo.

Para ele, é incompreensível a resistência do governo em mudar um programa que é objeto de grande número de propostas de aperfeiçoamento. Ele disse que nem um programa “maravilhoso” como o Bolsa Família é perfeito.

O PLS 458/2013, que agora vai à Comissão de Direitos Humanos (CDH), prevê que, mesmo havendo aumento da renda, o beneficiário continuará recebendo a ajuda por um prazo adicional de seis meses depois da reavaliação.

— É um prazo para que a pessoa se sinta protegida depois de perder o direito — afirmou.

Cristovam também comemorou a inclusão de duas emendas dele ao projeto.



Aguirre Estorilio, do Senado, participa do lançamento do site e da publicação do protocolo de intenções do Viibra

Conselho debate internet banda larga 4G

O Conselho de Comunicação Social (CCS) promove hoje, às 14h, debate interativo a respeito da destinação do espectro da faixa dos 700 MHz, a ser utilizada para oferta de banda larga móvel de quarta geração. A audiência pública poderá ser acompanhada pelo Portal e-Cidadania do Senado, que a transmitirá em tempo real.

Estão convidados o presidente substituto da Agência

Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas Valente, o presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), Olímpio José Franco, e o presidente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), Eduardo Levy.

Com a utilização da faixa de 700 MHz, objeto de futura licitação da Anatel, o Bra-

sil poderá adotar o mesmo padrão dos Estados Unidos. A medida possibilitará a oferta de telefonia móvel e internet em banda larga inclusive às áreas rurais.

Atualmente, o 4G no Brasil funciona na mesma faixa utilizada em 27 países da Europa, Ásia e Oriente Médio. Os testes, de acordo com a Anatel, demonstram ser possível a convivência entre radiodifusão e telecomunicações na faixa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzone, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Criação da Petrobras rachou Senado em 1953

Senadores se dividiram entre “ultranacionalistas”, a favor do monopólio estatal, e “entreguistas”, que defendiam iniciativa privada

Ricardo Westin

NESTE MOMENTO, A Petrobras é alvo de duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no Congresso Nacional, que investigam a aquisição de uma refinaria nos EUA. Esta, porém, não é a primeira vez que a estatal petrolífera inflama os ânimos dos parlamentares. Em 1953, o Senado já havia vivido dias incendiários por causa da empresa. Foi o ano em que os senadores estudaram e votaram o projeto de lei que criaria a Petrobras, redigido pelo presidente Getúlio Vargas no final de 1951.

O Senado rachou entre dois grupos antagonistas: os “ultranacionalistas” contra os “entreguistas” — alcunhas dadas, naturalmente, pelos adversários. Um lado abrigou os senadores que defendiam o petróleo e toda a cadeia industrial como monopólio estatal. Do outro lado, ficaram os que advogavam a participação da iniciativa privada, incluindo empresas estrangeiras, na exploração do óleo.

Kerginaldo Cavalcanti (PSP-RN) integrou o primeiro grupo. Num discurso, ele descreveu as multinacionais do petróleo como perigosas:

— O Brasil precisa ficar abroquelado [protegido] contra os assaltos sorrateiros do capitalismo internacional, da Standard Oil e de outros trustes exploradores, contra a possibilidade de perdermos os frutos daquilo que Deus colocou no seu subsolo para cintilar mais brilhantemente sob as estrelas do Cruzeiro do Sul.

No fronte oposto, o senador



Arquivo/Presidência da República

O presidente Getúlio Vargas sanciona, em 1953, a lei que cria a Petrobras: após embates no Congresso, petróleo se torna monopólio estatal

Ezechias da Rocha (PR-AL) reagiu:

— A tese estatal-monopolística levanta muralhas chinesas ao progresso do país e fecha a sete chaves as portas do subsolo à iniciativa particular, quando urge abri-las ao capital privado não só nacional, também estrangeiro. Capital esse que poderia constituir ajuda das mais importantes na grande batalha do petróleo e na campanha da recuperação econômico-financeira do país.

Datilografados ou manuscritos, os discursos, as emendas ao projeto e os pareceres das comissões repousam no Arquivo do Senado, em Brasília. São centenas de papéis escritos 61 anos atrás — a capital era o Rio — que documentam a batalha do petróleo.

Até então, o Brasil não tinha uma política para o petróleo. Ela precisava ser decidida com urgência porque o país dependia das importações, danosas à balança comercial, para atender à crescente demanda por derivados do petróleo — combustível de carro e avião e insumo de indústrias como

a química e a da construção civil. Na mensagem que anexou ao projeto, Vargas escreveu que o petróleo produzido no país só atendia a 2,5% da necessidade nacional.

O projeto não previa o monopólio. Criava a Petrobras e admitia que a estatal se associasse a empresas privadas. Explica o consultor legislativo do Senado Luiz Alberto Bustamante, especialista em mineração e energia:

— Vargas não propôs o monopólio estatal porque sabia que o governo, sozinho, não conseguiria produzir o petróleo necessário. O Estado não tinha conhecimento técnico nem recursos financeiros para isso.

Na primeira passagem pela Câmara, os deputados modificaram a proposta e incluíram o monopólio estatal. Foi esse o texto sobre o qual os senadores se debruçaram em 1953.

O senador Assis Chateaubriand (PSD-PB), defensor da parceria com as multinacionais, chamou de “jacobinos” os partidários da nacionalização:

— Se é preciso converter o Brasil

num produtor e exportador do óleo em bruto e produtos acabados, o caminho mais rápido e produtivo é o da iniciativa privada. Os Estados Unidos, o Canadá, o Reino Unido e a Venezuela dão à palavra nacionalismo o sentido de construção da grandeza nacional, em vez do jacobonismo, cuja tradução se cristaliza no ódio e no medo da cooperação com as nações mais adiantadas. Enquanto o venezuelano enriquece extraindo e industrializando o petróleo, nós nos empobrecemos discutindo, como bizantinos, quem deverá perfurar poços e construir refinarias.

Landulpho Alves (PTB-BA) — que depois viraria nome de refinaria de petróleo — repeliu o argumento:

— As empresas estrangeiras, representantes do monopólio internacional do petróleo, não devem contribuir, seja com pouco dinheiro, seja com muito, porque são perigosas para o interesse nacional.

No Senado, o lado antimonopólio venceu. Os senadores aprovaram um texto favorável à iniciativa privada. No entanto, o projeto voltou para a Câmara e as emendas do Senado foram sumariamente eliminadas. A palavra final foi dada pelos deputados. Em 3 de outubro de 1953, Vargas acabou sancionando a criação da Petrobras como detentora do monopólio, bem diferente do plano original.

O pesquisador Celso Carvalho Junior, especialista na história do petróleo brasileiro, diz que os “trustes” eram assustadores naquele momento:

— Os métodos de John Rockefeller, fundador da Standard Oil, para eliminar a concorrência eram bastante criticados. As empresas do petróleo eram acusadas de não respeitar a soberania dos países em que atuavam, de corromper governantes para obter privilégios. Foi em meados do século passado que o petróleo foi nacionalizado no México [1938] e no Irã [1951].

“Vamos transformar cada posto de gasolina em repartição pública”, criticou senador

Uma das emendas apresentadas no Senado ao projeto da Petrobras previa que todos os postos de gasolina do Brasil seriam do governo. A corrente majoritária no Senado, porém, era contrária ao monopólio estatal. Assim, a sugestão foi derrubada. O senador Alencastro Guimarães (PTB-DF), relator do projeto, argumentou seu voto contrário:

— Da forma como está redigida, nós vamos transformar cada posto

de gasolina em repartição pública.

Othon Mader (UDN-PR), tio-avô da atriz Malu Mader, foi um senador atuante na defesa do capital privado. Para ele, a burocracia estatal emperaria a exploração do “ouro negro”:

— A ação governamental esbarra com empecilhos que retardam por dias, meses e anos a exploração. Não há de ser com empreendimento estatal que exploraremos tão cedo o petróleo.

Senado Federal



Senado Federal

Se inconstitucional é a criação de um monopólio em favor da União para o aproveitamento das riquezas minerais, em face do Art. 153 da lei magna, mais inconstitucional será a transferencia desse monopólio da União para uma sociedade de caráter privado, como é a “PETROBRÁS”.

Detentora do monopólio do petróleo, essa sociedade dominaria os mercados nacionais, eliminaria a concorrência e poderia aumentar arbitrariamente os lucros.

Emenda de 1953 do senador Othon Mader (na foto acima) propõe que se retire do projeto o monopólio estatal: sugestão derrubada

Ouça a entrevista em que o historiador Celso Carvalho Junior explica o contexto em que a Petrobras foi criada: <http://bit.ly/CelsoCarvalho>

Congresso amplia rigor contra trabalho escravo

A expropriação de imóveis rurais e urbanos em que se constatem condições de trabalho análogas à escravidão vai passar a constar da Constituição brasileira nesta semana

O CONGRESSO NACIONAL promove na quinta-feira sessão solene para promulgação da Emenda Constitucional 81/2014, que prevê a expropriação de imóveis rurais ou urbanos em que se verifique a prática de trabalho escravo. Conhecida como PEC do Trabalho Escravo, a proposta foi aprovada no Senado na terça-feira.

A EC 81/2014 dá nova redação ao artigo 243 da Constituição federal, que determina a expropriação de propriedades rurais e urbanas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, acrescentando a possibilidade de aplicação da medida no caso de exploração de trabalho escravo.

A definição de trabalho escravo, porém, ainda depende de regulamen-



Definição de trabalho escravo deve ser dada em outro projeto

tação, já que foi aprovada subemenda que incluiu, no texto, a expressão “na forma da lei”.

Uma proposta de regulamentação (PLS 432/2013) pode ser votada já nesta semana no Senado. O relator da matéria, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que há acordo para votação da proposta. Outros senadores, no entanto, acreditam que a discussão poderá demorar.

O PLS regulamenta a forma como será classificado e punido o responsável pelo trabalho escravo e os procedimentos que decorrerão da emenda constitucional. O texto também diferencia o mero descumprimento da legislação trabalhista do trabalho escravo.

A sessão solene do Congresso está marcada para as 12h, no Plenário do Senado.

Defensoria ganha força na Constituição

Será promulgada na quarta-feira, em sessão solene do Congresso, a Emenda Constitucional 80, decorrente da PEC das Defensorias. Aprovada pelo Senado em 20 de maio, a proposta fixa prazo de oito anos para que a União, os estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de

defensores públicos. A sessão está marcada para o meio-dia.

O texto também amplia o conceito de defensoria pública na Constituição, classificando-a como instituição permanente e instrumento do regime democrático. De acordo com a PEC, o número de defensores deverá ser

proporcional à demanda efetiva pelo serviço e à respectiva população abrangida.

A Defensoria Pública foi prevista na Constituição de 1988 como forma de assegurar a todos os necessitados o acesso à Justiça, mas ainda não funciona plenamente no país.

Ana Amélia elogia ministro do Supremo e diz que espera vê-lo na política



Genildo Magalhães/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) comentou a decisão do ministro Joaquim Barbosa de antecipar a saída da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF)

e também da Corte. Ao ler artigos sobre a aposentadoria de Barbosa, a parlamentar destacou as qualidades e disse que ele encarna valores como independência, coragem e rigor. Para ela, o ingresso do ministro na política faria bem ao país.

— É natural que, por esses valores defendidos, partidos políticos estejam atrás dessa grande biografia para integrar seus quadros. Seria muito bom se ele saísse candidato ao Senado, a um governo de estado, à Presidência da República, à Vice-Presidência, a deputado federal, porque isso daria um grande alento à política — disse.

Joaquim Barbosa deve figurar entre notáveis da vida pública, afirma Simon



Genildo Magalhães/Agência Senado

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa, que anunciou, durante visita ao presidente do Senado,

Renan Calheiros, na quinta-feira, a aposentadoria e consequente afastamento da presidência do tribunal antes mesmo da conclusão do mandato.

— Eu colocaria entre os notáveis da vida pública brasileira o nome de Joaquim Barbosa — disse.

Segundo Simon, o período em que o ministro esteve à frente do STF foi o mais importante da história do Supremo desde a criação. A instituição e os integrantes surpreenderam a todos ao condenar os envolvidos com a Ação Penal 470, mesmo com a maioria dos julgadores tendo sido indicada pelo governo atual.

ACONTECEU NO SENADO

PEC que prevê carreira de agente de trânsito aguarda promulgação

Proposta busca criar condições para municípios gerenciarem o tráfego

O Plenário aprovou por unanimidade, na quarta-feira, a PEC dos Agentes de Trânsito (PEC 77/2013), que aguarda promulgação.

Como o Código de Trânsito Brasileiro prevê a transferência, para os municípios, do dever de gerenciar o trânsito (os Detrans são estaduais), condicionada à capacitação e à existência da Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari) na cidade, a proposta tem por finalidade prever a



Representantes da categoria acompanham votação nas galerias

existência de um órgão apto a desempenhar essas funções.

Na Câmara, o texto inicial, que abrangia somente os municí-

pios, sofreu alteração para englobar os estados.

O relator no Senado foi Vital do Rêgo (PMDB-PB).

MOTOBOYS GANHAM DIREITO A ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O Senado aprovou o pagamento de adicional de periculosidade, que é de 30% sobre o salário, para profissionais que utilizam a motocicleta no trabalho, como motoboys. A proposta vai à sanção presidencial.

MP FACILITA PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA

Aprovada, segue à sanção medida que permite ao assentado da reforma agrária quitar, com condições de pagamento semelhantes às do Programa Nacional de Habitação Rural, dívida para construção e reforma de habitações rurais (PLV 11/2014).

PLENÁRIO APROVA MP QUE PRORROGA O REFIS DA CRISE

Medida que permite às empresas do Programa Inovar-Auto importar softwares sem similar nacional e prorroga o prazo de adesão ao Refis da Crise (PLV 10/2014) foi aprovada no Senado e também na Câmara dos Deputados.

IMPORTADORES DE ÁLCOOL TERÃO ISENÇÃO FISCAL

A isenção, para importadores de álcool, do pagamento do PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação, entre outras mudanças em assuntos tributários, foi aprovada no Senado e na Câmara.

AMPLIAÇÃO DO GARANTIA-SAFRA SEGUE PARA SANÇÃO

O Plenário aprovou a medida (PLV 7/2014) que ampliou até 2015 o prazo de recebimento do Benefício Garantia-Safra por agricultores prejudicados pela seca em 2012-2013. O valor subiu para R\$ 155. Segue para sanção.

APROVADO CRÉDITO DE R\$ 80 BILHÕES PARA A INDÚSTRIA

A medida que aumenta em R\$ 80 bilhões o limite do BNDES para subvenções a financiamentos (PLV 8/2014) foi aprovada e segue à sanção. O objetivo é estimular a competitividade da indústria.

SENADO APROVA REAJUSTES SALARIAIS PARA O EXECUTIVO

Os salários de algumas carreiras do Executivo serão reajustados em 15,8%, distribuídos em dois anos, com a aprovação do PLV 5/2014 pelo Senado. O texto trata ainda de outros temas.

MP PRORROGOU POR SETE MESES A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

O PLV 5/2014, que foi para sanção, também ampliou em sete meses o prazo para a Comissão Nacional da Verdade concluir os trabalhos e criou oito cargos no Ministério da Cultura para estruturar o setor de direito autoral.

APROVADA EXIGÊNCIA DO TESTE DA LINGUINHA EM RECÉM-NASCIDOS

Proposta que obriga hospitais e maternidades a fazerem exame na anatomia da língua de recém-nascidos (PLC 113/2013) que pode prevenir problemas na deglutição, mastigação e fala segue para sanção.

SUPREMO AUTORIZA RETOMADA DE CORTE EM SUPERSALÁRIOS

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio decidiu pela revogação da liminar que garantia a servidores do Senado o recebimento de salários acima do teto constitucional.

O FUTURO DO BRASIL CHEGOU, DIZ SOCIÓLOGO ITALIANO

O sociólogo italiano Domenico De Masi, autor do livro *O Futuro Chegou*, participou de uma audiência no Senado e disse que, neste momento, o país pode oferecer a um “mundo desorientado” um novo modelo de vida.

VEJA A CRÔNICA DA SEMANA EM IMAGENS

Fotos de 26 a 30 de maio registraram momentos como os protestos de índios em Brasília e a notícia da aposentadoria do presidente do STF, Joaquim Barbosa.

<http://bit.ly/fotos26-30maio>